

PROJETO DE LEI N.º , DE 2019
(Do Sr. Giovanni Cherini)

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estabelecer que 50% do valor das multas aplicadas pela ANEEL sejam repassadas aos Estados-membros, para a promoção de melhorias na universalização e no serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação a ser estabelecida pela ANEEL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.
.....

§ 15. As multas aplicadas pela ANEEL, ou pelas agências reguladoras conveniadas, referidas no § 1º supra, terão o equivalente a 50% do seu valor repassado aos Estados-membros onde foram originadas para que sejam promovidos investimentos em ações de melhorias na universalização e/ou em outras medidas relacionadas ao serviço de distribuição de energia elétrica, não podendo compor a base de remuneração regulatória da distribuidora, conforme regulamentação a ser estabelecida pela ANEEL, no prazo máximo de um ano, após a publicação desta Lei (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, as multas aplicadas pela ANEEL, ou pelas agências conveniadas, aos agentes de energia elétrica têm sido destinadas, na sua integralidade, para a um fundo nacional denominado Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Assim, visando atender às particularidades locais dos estados federados, a presente proposta estabelece que 50% do valor das penalidades sejam repassados ao estado da federação onde foram originadas para que sejam promovidas, junto aos setores do setor elétrico, melhorias na sua área de atuação, diminuindo assim, conflitos entre concessionários e usuários.

Tal medida busca atender todo o território nacional, mantendo parcela dos recursos dentro dos próprios entes federados e, principalmente, objetivando a melhoria do sistema elétrico.

A presente proposição vem para substituir o PL 5.145/2016, de minha autoria, incorporando os aperfeiçoamentos e sugestões recebidas da AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, para uma melhor repartição dos recursos das multas aplicadas no setor elétrico.

Dada à relevância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado GIOVANI CHERINI